

# JORNAL DO SENADO

[www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)

Ano XIX — Nº 4.016 — Brasília, sexta-feira, 20 de dezembro de 2013



## Avanços sociais marcam 2013

Trabalho dos senadores no Plenário e nas comissões da Casa focaram direitos sociais, como saúde e educação, e o desenvolvimento do país **5 a 12**



**Variação de índices pode alterar salário mínimo para 2014, previsto em R\$ 724** **3**

**Novas regras para mediação visam evitar sobrecarga no Poder Judiciário** **4**

**TV e Rádio Senado começam a operar em João Pessoa e chegam a Maceió em abril** **2**

**Senadores apoiam asilo político a Snowden, que revelou espionagem dos Estados Unidos** **3**

# TV Senado e Rádio Senado já operam em João Pessoa

A região metropolitana da capital paraibana também poderá acessar as emissoras, implantadas em parceria com a assembleia legislativa do estado. Em breve as transmissões chegarão a outras capitais

**CERIMÔNIA PROMOVIDA ONTEM** pela Assembleia do Estado da Paraíba, com a participação de cerca de 400 pessoas, marcou a entrada em operação da TV Senado Digital e da Rádio Senado FM em João Pessoa. O sinal já está disponível para mais de 1,22 milhão de pessoas da região metropolitana.

O presidente da assembleia, deputado Ricardo Marcelo, elogiou a parceria técnica com o Senado, que possibilitou a chegada dos veículos de comunicação à Paraíba, salientando que o grande beneficiário será o cidadão, que poderá acompanhar em tempo real e com total transparência os trabalhos das duas Casas legislativas — a TV Câmara também será acessada.

Testes já demonstraram que a qualidade dos sinais está dentro do padrão desejado.

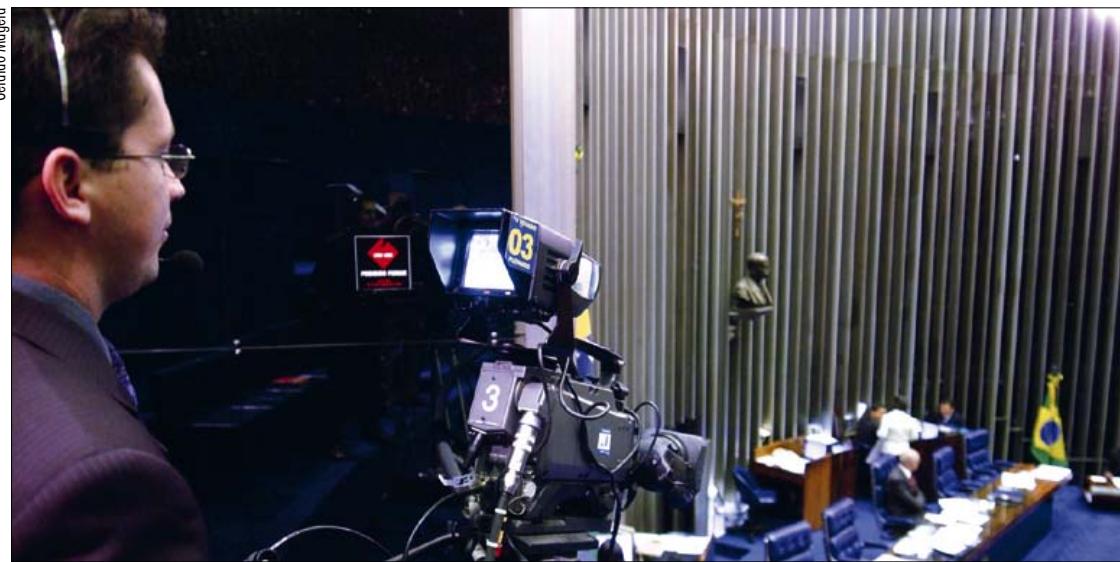
A TV Senado Digital e a Rádio Senado têm potência suficiente para cobrir os municípios de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Alhandra, Pitimbu, Caaporã, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita.

Os moradores da Região Metropolitana de João Pessoa já podem sintonizar a Rádio Senado em 106,5 MHz, e os telespectadores da TV Senado sintonizam o sinal pelo canal 40 UHF, o mesmo usado para as transmissões analógicas. João Carlos Barizon, engenheiro de telecomunicações da TV Senado, explicou que os sinais digitais e analógicos estão disponíveis no mesmo canal; o que fará a diferença será o aparelho receptor. Caso o televisor seja analógico, o sinal recebido será analógico. Se dispuiser de tecnologia digital, receberá o sinal digital.

O grupo responsável pela expansão de mídias do Senado pretende, em médio prazo, encerrar as transmissões analógicas da TV Senado. Segundo o diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação, Flávio de Mattos, a Casa vai continuar a expansão inaugurando em Macapá a Rádio Senado FM e a TV Senado Digital, que já estão em fase de testes. Em São Luís, o sinal digital da TV Senado está disponível no canal 51 UHF e a FM será instalada em breve. Boa Vista deve receber os sinais de rádio e TV ainda no primeiro semestre do próximo ano.

Para o Rio de Janeiro, o Senado já dispõe de concessões e equipamentos, mas a instalação depende do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que administra o Parque Nacional da Tijuca, onde estão as antenas.

Geraldo Magela



Macapá, Boa Vista e São Luís serão as próximas capitais a ter o sinal dos veículos de comunicação do Senado

## Maceió terá emissoras do Legislativo em abril

Até o final de abril do próximo ano, os moradores de Maceió e de núcleos urbanos próximos à capital alagoana poderão acessar três novas emissoras de televisão: a TV Senado, a TV Câmara dos Deputados e a TV Cidadã, esta última coordenada pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL).

A estimativa foi feita em encontro ocorrido ontem, em Brasília, entre o diretor-adjunto de Comunicação do TCE-AL, Luiz Dantas Vale, e o diretor da Secretaria de Comunicação do Senado (Secom), Davi Emerich. Na oportunidade, foram acertados os detalhes técnicos do acordo que vai permitir

a instalação da TV Senado Digital em canal aberto e da Rádio Senado na capital do estado.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do TCE-AL, Cícero Amélia da Silva, haviam assinado na terça-feira um acordo de cooperação para implantar as emissoras.

## Visitas ao Congresso têm horário especial no Natal e no Ano-Novo

A visitação ao Congresso terá horários diferentes nesta época de festas. Na segunda-feira, dia 23, será normal, com acesso pela Chapelaria e visitas de 30 em 30 minutos, das 9h às 17h. Na terça-feira, véspera de Natal, as visitas serão realizadas apenas das 9h às 13h, com entrada pelo Salão Negro. Na quarta, dia 25, o atendimento será realizado apenas das 13h às 17h.

Em 31 de dezembro o atendimento será pela manhã, das 9h às 13h, e em 1º de janeiro, na parte da tarde, das 13h às 17h.

## Última sessão do ano será na segunda-feira, 23 de dezembro

O Senado realizará sessão não deliberativa na segunda-feira. A informação é da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra. Ela explicou que o último dia de trabalho do ano legislativo, 22 de dezembro, vai cair em um domingo e a data fica transferida para o primeiro dia útil de acordo com a Constituição.

Pelo mesmo motivo, disse a secretária, a sessão de abertura dos trabalhos legislativos em 2014 será uma segunda-feira, 3 de fevereiro, primeiro dia útil após o dia 2 de fevereiro, data prevista no texto constitucional.

## Romero Jucá destaca principais projetos aprovados no Senado

Para Romero Jucá (PMDB-RR), minirreforma eleitoral, royalties do pré-sal para a educação, repactuação das dívidas dos municípios com a Previdência e ficha limpa para servidores públicos estão entre os projetos mais importantes que o Senado aprovou este ano. Ele apontou ainda o Estatuto da Juventude, o projeto que tipifica o crime de terrorismo, a nova lei sobre portos e as novas regras para divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

O senador só lamentou que a Câmara dos Deputados não tenha votado este ano a regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos, relatada por ele.

Ele espera que a proposta seja votada logo no início do ano que vem para que a categoria possa se beneficiar

de direitos como hora extra e seguro-desemprego.

— O projeto garante e amplia direitos dos trabalhadores domésticos, mas também melhora a situação operacional dos patrões, porque nós criamos o Supersimples Doméstico — lembrou.

Jucá lembrou ainda que em 2014 o Brasil irá sediar a reunião dos parlamentares dos 20 maiores países do mundo, o G-20.



Senador espera que a Câmara vote logo as regras para domésticas

## Roberto Requião diz que não vê motivos para comemorar 2013

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que não via motivos para comemorar a atuação do Senado em 2013 e fez duras críticas à Casa e ao governo. Na opinião dele, faltou uma resposta efetiva ao clamor das ruas e a instituição se enfraqueceu pela própria inércia diante de questões importantes para o fortalecimento do papel do Estado no combate às desigualdades. Para o senador, se as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart em 1964 e ainda tão necessárias atualmente fossem apresentadas hoje ao Senado, seriam rejeitadas.

Requião citou várias propostas importantes, como as PECs das Domésticas e do Trabalho Escravo, criticando o que chamou de “engavetamento” de projetos relevantes enquanto o Legislativo se

preocupa com normas de menor importância.

— O que atrapalha o direito que nós temos de discutir a democratização do Senado da República? Aqui, quando projetos e requerimentos não morrem de morte morrida, morrem de morte matada, sem discussão, com subterfúgios regimentais. O que não faltam são instrumentos para estas execuções — lamentou o senador.



Para Requião, o Congresso não entendeu nem atendeu a voz das ruas

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

### PLENÁRIO Sessão de discursos

9h30 Sessão não deliberativa, sem votação de matérias, destinada a pronunciamento de senadores. As votações de projetos serão retomadas depois do recesso parlamentar.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Valor do mínimo em 2014 será confirmado em breve

Segundo o Orçamento aprovado pelos parlamentares esta semana, o salário mínimo será de R\$ 724 a partir de 1º de janeiro. O valor pode sofrer pequena variação de acordo com índices econômicos

O ORÇAMENTO DA União aprovado esta semana pelo Congresso prevê um salário mínimo de R\$ 724 para 2014. O aumento é de 6,6% em relação ao mínimo atual, que é de R\$ 678. Até o fim do ano, a presidente Dilma Rousseff deverá editar um decreto para confirmar o valor, mas, em entrevista a rádios de Pernambuco na quarta-feira, adiantou que o mínimo ficará entre R\$ 722 e R\$ 724.

— A regra da correção do salário mínimo depende do fechamento do PIB [produto interno bruto] e da inflação, mas dá para sabermos que ficará entre R\$ 722 e R\$ 724. Se tivermos perto de R\$ 724, arredondamos para cima, damos uma força — afirmou a presidente.

A Constituição estabelece que o trabalhador não pode ganhar menos que o salário mínimo, que é fixado em lei e é o mesmo em todo o país. Além disso, o valor tem que ser suficiente para atender as necessidades vitais básicas,



Sessão do Congresso Nacional em que foi aprovado Orçamento para 2014

como moradia, alimentação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Nas contas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mesmo com o aumento previsto para o ano que vem, o mínimo está longe de respeitar o que prevê o texto constitucional.

Segundo o Dieese, em novembro deste ano o valor deveria ser de R\$ 2.761,58, quatro vezes o valor atual. Valdir Raupp (PMDB-RO) concorda que o menor salário legal do

Brasil ainda está aquém das necessidades dos trabalhadores, mas lembra que, ao longo dos últimos dez anos, o poder de compra tem aumentado.

— Em um tempo não muito distante, havia uma torcida para que o salário mínimo chegassem a US\$ 100. Hoje já está passando dos US\$ 300 e a tendência é continuar subindo. Acho que já melhoramos muito nos últimos dez anos e a tendência é avançar cada vez mais. Quanto mais a economia cresce, maior a possibilidade de aumentar o salário — disse.

## Para Dornelles, acordo na OMC favorece exportações

Francisco Dornelles (PP-RJ) qualificou como positivo o resultado da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Bali, que fechou acordos para facilitar transações comerciais internacionais e aperfeiçoar a administração de cotas de exportação.

Trata-se, disse, do primeiro acordo geral em 20 anos, obtido graças aos esforços dos representantes de 150 países. Em especial, salientou o senador, do presidente da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo. O acordo, continuou Dornelles, abre perspectivas para a continuidade da Rodada Doha.

Segundo o senador, as mudanças se concentram no processo de administração alfandegária para evitar burocracia injustificada. Dornelles citou também os avanços na administração de cotas de exportações de produtos agrícolas por parte de países desenvolvidos e a uniformização de regras.

— O maior êxito da reunião foi manter a relevância institucional da OMC para o comércio de produtos agrícolas, manufaturados e de serviços — disse.



Dornelles destaca esforço do presidente da OMC, Roberto Azêvedo, para êxito das negociações



Senadora elogiou a compra de novos caças suecos, mas pede mais investimentos em defesa

## Ana Amélia: além de caças, defesa deve ter mais verba

Ana Amélia (PP-RS) considerou positiva a decisão do governo de comprar 36 caças suecos para equipar a Força Aérea Brasileira (FAB). Em discurso, a senadora lamentou, porém, a demora na escolha — desde o governo de Fernando Henrique Cardoso o governo estuda a compra de novos caças — e o baixo investimento em defesa e tecnologia.

A senadora apontou o atraso do Brasil no campo da defesa, mesmo diante de nações que há poucas décadas estavam em estágios de desenvolvimento inferiores ao do país. Ana Amélia lembrou ser necessário investir pesadamente em setores como defesa cibernética.

A parlamentar também questionou possível acordo entre o Mercosul e a União Europeia, especialmente no momento em que o bloco europeu acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas que o governo brasileiro tem adotado para estimular a indústria nacional de automóveis.

## Rodrigo Rollemberg faz balanço positivo de 2013

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez um balanço positivo das atividades legislativas em 2013. Ele comemorou a aprovação de medidas pelo aumento da transparência, em especial a emenda constitucional que limitou as votações secretas no Legislativo, mas ressaltou que seu partido continuará lutando pela expansão do voto aberto.

— Conseguimos avançar aprovando o voto aberto na apreciação de cassação de parlamentares e na apreciação de vetos presidenciais. Vamos continuar lutando para ampliar, para introduzir o voto aberto em todas as modalidades de votação do Legislativo — disse o senador.

Rollemburg também considera que a controvérsia sobre o registro da Rede Sustentabilidade resultou em vitória política, pois chamou a atenção para o que classificou de “casuismo” contra o partido de Marina Silva. O senador acredita que o candidato de seu partido à Presidência da República, Eduardo Campos, será muito competitivo na eleição do próximo ano.



Rollemburg ressalta que seu partido continuará lutando para ampliar as votações abertas



Ferraço concedeu entrevista a correspondentes estrangeiros



Vanessa lembra que em meses expira prazo de Snowden na Rússia

Marcos Oliveira/Agência Senado  
Pedro França/Agência Senado

## Senadores apoiam asilo político do Brasil a Edward Snowden

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), reafirmou ontem o apoio à concessão de asilo político a Edward Snowden, ex-colaborador da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos.

Snowden divulgou carta aos brasileiros no dia 17, em que afirma estar disposto a colaborar na investigação sobre a espionagem dos Estados Unidos, mas que o governo daquele país “trabalha arduamente” para limitar a atuação dele. No mesmo dia, Ferraço lembrou que, no primeiro semestre, a CRE aprovou moção pedindo que o Brasil abrigue Snowden.

O senador reforçou, porém, que o asilo é questão humanitária e não pode ser moeda

na troca por informações. — Nós temos muito o que investigar. A presença do Snowden em nosso país seria ou será um extraordinário facilitador, mas as coisas não podem ser na base da troca do asilo político por informações. O asilo político é, antes de tudo, um gesto humanitário.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também defendeu o asilo a Snowden, sem contrapartidas:

— O Brasil deve conceder o asilo a uma pessoa que não cometeu nenhum crime e que não tem onde viver.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), o Brasil tem uma dívida com Edward Snowden, cujas revelações representaram um poderoso alerta para que o país preserve a própria soberania.



Senador também apontou a reforma tributária como problema a ser resolvido no próximo ano

Moreira Mariz/Agência Senado

## Casildo quer evitar novos desastres naturais em 2014

Para Casildo Maladaner (PMDB-SC), o trabalho do Senado em 2013 deixou marcas profundas e isso traz esperança de que 2014 será melhor. Mesmo assim, ele apontou problemas que merecem maior atenção no próximo ano, como a reforma tributária, para que a carga de impostos seja reduzida, a cobrança seja simplificada e o dinheiro arrecadado seja mais bem distribuído entre União, estados e municípios.

Ele defendeu melhorias na infraestrutura, especialmente no setor ferroviário. Casildo lamentou que 2013 começou e está terminando com o país em meio a desastres naturais. Por isso, voltou a cobrar investimentos em áreas de prevenção para reduzir os estragos provocados pelos fenômenos da natureza.

— Infelizmente temos motivos para acreditar que a tragédia continuará a se repetir. O que defendemos é uma política perene e, principalmente, a definição de uma fonte de recursos que permita investimentos constantes em prevenção de catástrofes naturais.

Todo tipo de conflito poderá ser mediado, exceto os que envolvam filiação, adoção, poder familiar, invalidade de matrimônio, interdição, recuperação judicial ou falência

Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente da CCJ, Vital do Rêgo, conduz a apreciação do PLS 517/2011, que define as regras para a conciliação

## Mediação resolve disputas e desafoga o Judiciário

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira, em segundo turno, substitutivo ao projeto que regula a mediação de conflitos. Segundo o PLS 517/2011, qualquer conflito pode ser mediado, à exceção dos que tratarem de filiação, adoção, poder familiar, invalidade de matrimônio, interdição, recuperação judicial ou falência.

De acordo com o texto, a mediação é uma atividade técnica exercida por uma pessoa imparcial, sem poder decisório, que auxilia as partes a encontrarem solução consensual para o conflito. Entre os princípios que orientam a mediação, estão a imparcialidade do mediador, a isonomia entre as partes, a informalidade, a busca do consenso e a confidencialidade. Ninguém será obrigado a submeter-se à mediação.

A proposta também prevê a mediação pela internet ou

outro meio de comunicação que permita a transação a distância, desde que as partes concordem. O texto determina ainda que o Ministério da Educação deve incentivar as instituições de ensino superior a oferecerem a disciplina de Mediação e que a Ordem dos Advogados do Brasil inclua nos exames questões relacionadas ao tema.

### Mediator

Qualquer pessoa capaz, que tenha confiança das partes e que se considere capacitada para fazer mediação, pode ser mediador extrajudicial. O mediador não precisa integrar ou se inscrever em qualquer tipo de conselho ou associação, mas deve ser escolhido pelas partes ou, se indicado, deverá ser aceito por elas. As mesmas hipóteses legais de impedimento e de suspeição para juízes aplicam-se ao mediador, que também não

deve assessorar, representar ou patrocinar qualquer parte que tenha se submetido a mediação por ele conduzida nos dois anos anteriores.

Também é proibido ao mediador ser árbitro ou testemuña em processos judiciais ou arbitrais sobre conflito que tenha mediado. O mediador e os assessores são equiparados a servidores públicos para efeitos da legislação penal.

No caso judicial, o mediador precisa ser graduado há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e ter obtido capacitação em escola ou entidade de formação de mediadores reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação, do Ministério da Justiça.

O projeto segue para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário.

## Cristovam: Copa recebe mais atenção que eleições

A importância dada pela população às eleições de 2014 é pequena em comparação à Copa do Mundo que será realizada no país no próximo ano, disse Cristovam Buarque (PDT-DF).



## Figueiró critica doações de empresas para campanhas

Ruben Figueiró (PSDB-MS) manifestou-se favorável ao fim das doações de empresas em campanhas eleitorais, questão que está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal em ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Concordando com editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador considerou nefasto o atual modelo de financiamento. Segundo o jornal, a cada R\$ 1 que uma empresa doa pra uma campanha, ela tem um retorno 8,5 vezes maior sob a forma de contratos obtidos com os governos cuja eleição patrocinou. Por isso, na opinião de Figueiró, empreiteiras lideram com folga as listas de financiadores de campanhas.

— Pessoa jurídica não vota, portanto, não poderia de maneira nenhuma influir determinantemente num processo de escolha democrática. Quem vota é o cidadão. A ele cabe o poder para escolher seus representantes.

Para o senador, os brasileiros deveriam estar mais preocupados com os problemas da atualidade, como serviços deficientes de saúde e educação, que podem, na opinião dele, ser resolvidos pela eleição de um presidente compromissado com o enfrentamento dessas questões.

— No próximo ano, vamos ter a chance de reorientar o futuro do Brasil para recuperar o tempo perdido e os nossos candidatos a presidente ainda não disseram exatamente o que vão fazer — disse.

Comentando o resultado da licitação para a compra de caças pela Força Aérea Brasileira, Cristovam alertou para a necessidade de o Brasil desenvolver tecnologia própria para a produção de armamentos.

## Osvaldo Sobrinho faz balanço da atuação

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) fez um breve balanço da atuação dele no Senado, onde ingressou em setembro, em substituição a Jayme Campos (DEM-MT), que está licenciado.

Sobrinho disse que apresentou 34 discursos e 9 proposições legislativas, nas áreas de segurança pública, saúde, infraestrutura, dificuldades do agronegócio, obras da Copa do Mundo, alternativas de transporte e educação, incluindo o analfabetismo, o baixo índice de aproveitamento escolar e a importância do ensino a distância.

Participou de diversas comissões — tendo emitido parecer como relator 11 vezes —, de subcomissões e de missão oficial na Venezuela.

— Soma-se a todo esse contentamento o fato de, tendo sido deputado constituinte, achar-me hoje no Senado, participando ativamente das homenagens aos 25 anos da nossa Carta Maior — afirmou.

## Embates judiciais também poderão ser mediados

As regras para mediação aprovadas permitem que as partes se submetam à mediação mesmo havendo processo arbitral ou judicial em curso. Nesse caso, elas devem requerer ao juiz ou ao árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do conflito. No entanto, a suspensão do processo não impede que o juiz ou o árbitro concedam medidas de urgência.

As partes também podem ser assistidas por advogados. Se apenas uma delas estiver assistida, as outras poderão solicitar a nomeação de defensor público.

O mediador pode se reunir com as partes, em conjunto

ou separadamente, ouvir terceiros e solicitar informações que entender necessárias para esclarecer os fatos e entender as partes. A mediação termina quando é celebrado o acordo ou quando não se justificam novos esforços para obter o consenso, seja por declaração do mediador ou por manifestação de qualquer das partes.

No caso da mediação extrajudicial, o mediador disciplina como será o procedimento e não há prazo definido para sua conclusão.

A mediação judicial, por sua vez, tem prazo de 60 dias, contados da primeira sessão, salvo se as partes requererem prorrogação.

## Informações são confidenciais, a menos que a lei exija o contrário

As informações relativas à mediação serão confidenciais em relação a terceiros, salvo se as partes expressamente decidirem de forma diferente ou quando a divulgação for exigida por lei.

A informação prestada ao mediador por uma parte, em sessão privada, também deve ser confidencial.

Para a mediação que tiver como parte órgão ou entidade pública, não será exigida a confidencialidade, ressalvadas as hipóteses de segredo de justiça.

A proposta aprovada pela CCJ também permite a mediação para conflitos que envolverem órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Nesses casos, poderão ser instituídos conselhos de mediação no âmbito de cada entidade ou órgão público, de qualquer esfera.

Está restrita a mediação que envolva a administração pública se esta se revelar muito dispendiosa.

## Valdir Raupp quer fim de pesquisas com animais

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu o fim do uso de animais em testes de produtos cosméticos, de higiene e de limpeza. O senador apresentou, este ano, projeto (PLS 438/2013) proibindo esses testes, que já estão suspensos em vários países. A União Europeia não usa animais em testes de cosméticos desde 2003, disse.

Raupp informou que algumas empresas brasileiras já suspenderam os testes com animais e que pesquisa do Ibope revelou que dois terços dos brasileiros são contra o uso de animais em pesquisas de cosméticos.

— A proibição do uso de animais para testes de produtos cosméticos em nossa legislação será um avanço considerável sem prejuízo da atividade, pois já existem técnicas capazes de substituir animais — disse.

Ele também lamentou a morte do senador João Ribeiro, ocorrida na quarta-feira, e destacou o trabalho do parlamentar em favor do Tocantins.

**BALANÇO 2013** Senado aprovou corrupção como crime hediondo, ficha limpa para servidores públicos e royalties do petróleo para a educação e a saúde

# Pauta prioritária responde a reivindicações populares

O SENADO VIVEU momentos marcantes em 2013 por causa das manifestações populares que tomaram o país nos meses de junho e julho. Pela primeira vez em muitos anos, o gramado em frente ao Congresso foi tomado por cidadãos, principalmente jovens, que levaram aos parlamentares uma ampla pauta de reivindicações por melhoria dos serviços públicos, mudança dos costumes e mecanismos da política, combate a preconceitos contra minorias e um novo modelo de segurança pública apoiado nos direitos humanos e nos princípios da vida democrática.

No dia 17 de junho, marcha com aproximadamente 10 mil pessoas surpreendeu senadores e deputados, que mantiveram os debates durante o ato e passaram a discutir o quadro de insatisfação das ruas e a necessidade de maior sintonia do Parlamento com a população. Uma parte dos manifestantes chegou a ocupar o teto



Manifestantes ocupam teto do Congresso: senadores definem pauta prioritária

do edifício, onde se localizam as cúpulas do Senado e da Câmara.

No dia 20, manifestação ainda mais radical voltou a ocorrer. A resposta do Senado foi a elaboração de uma pauta prioritária para dar satisfação ao clamor popular. Entre os projetos, foram aprovados o que tipifica a corrupção como crime hediondo, o que exige ficha limpa para servidores públicos e o que destina os royalties do petróleo para a

educação e a saúde.

Em vários momentos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou a convicção de que as manifestações fizeram bem ao Parlamento, que “desenferrujou”. Para Jorge Viana (PT-AC), as manifestações que tomaram conta de diversas cidades brasileiras são fruto de um “Brasil novo”, que exige uma agenda de prioridades, pensamento compartilhado por todos os senadores que debateram o assunto.

## Enxugamento de gastos gera economia de R\$ 275 milhões

Com o programa de racionalização interna desenvolvido pela Comissão Diretora, o Senado economizou R\$ 275 milhões em 2013, segundo o presidente da Casa, Renan Calheiros. Ele disse que comunicou a devolução da dotação orçamentária à Presidência da República e ao Ministério do Planejamento e sugeriu a aplicação dos recursos devolvidos em programas sociais. Segundo Renan, a verba é suficiente para a construção de 180 creches ou para o pagamento anual de 241 mil bolsas-família.

O senador afirmou que, devido à economia, o Senado terá condições de chamar mais concursados e investir na estrutura da Casa. E acrescentou que, em 2014, vai ser feita a centralização administrativa nas instalações do antigo Serviço Médico do Senado.

— Não vamos construir, vamos readequar e centralizar a administração da Casa.

O Serviço Médico foi extinto como uma das providências que levaram à redução dos gastos. Profissionais e equipamentos foram transferidos para atender a população pelo

SUS. Renan citou também a extinção de cargos, diretorias, secretarias e a fusão de estruturas administrativas.

Outras medidas destacadas foram a eliminação do 14º e do 15º salários dos parlamentares, a extinção de funções comissionadas, a redução de contratos de mão de obra terceirizada e a implementação de uma jornada corrida de sete horas para servidores.

Renan ainda anunciou economia de R\$ 1,7 milhão em razão da redução de gastos com diárias e passagens, que devem continuar a cair, pois foi criado um grupo para mudar critérios de aquisição.



Renan propõe aplicação de recursos em programas sociais e creches

## Projetos que atenderam o clamor das ruas

<b>PEC 10/2013</b> Tema: Extingue o foro privilegiado em crimes comuns Situação: Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<b>PLS 248/2013</b> Tema: Institui passe livre para estudantes de todo o país Situação: Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<b>PLS 204/2011</b> Tema: Torna a corrupção crime hediondo Situação: Aprovado pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLS 240/2013 — Complementar</b> Tema: Distribui recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) Situação: Convertido na Lei Complementar 143/2013
<b>PLC 103/2012</b> Tema: Plano Nacional de Educação Situação: Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<b>PEC 20/2013</b> Tema: Fim do voto secreto em processos de cassação de mandato Situação: Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<b>PEC 204/2011</b> Tema: Tipifica o crime de desaparecimento forçado de pessoas Situação: Aprovada pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLS 150/2006</b> Tema: Define organização criminosa Situação: Convertido na Lei 12.850/2013
<b>PEC 34/2011</b> Tema: Cria carreira de Estado do médico com dedicação exclusiva ao SUS Situação: Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<b>PEC 18/2013</b> Tema: Determina a perda imediata dos mandatos de parlamentares condenados, em sentença definitiva, por improbidade administrativa Situação: Aprovada pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PEC 6/2012</b> Tema: Exige ficha limpa para servidor público Situação: Aprovada pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLC 39/2013</b> Tema: Responsabiliza pessoa jurídica por corrupção Situação: Convertido na Lei 12.845/2013
<b>PEC 33/2013</b> Tema: Extingue o auxílio-reclusão Situação: Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<b>PLS 105/2011</b> Tema: Regime tributário do Simples para advogados Situação: Aprovado pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLC 46/2013</b> Tema: Reduz a zero as alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte coletivo municipal Situação: Aguarda sanção presidencial	<b>PLS 129/2012</b> Tema: Altera a arrecadação de direitos autorais pelo Ecad Situação: Convertido na Lei 12.853/2013
<b>PLS 86/2013</b> Tema: Zera alíquota do Pasep para estados e municípios Situação: Está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	<b>PEC 11/2003</b> Tema: Reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe a eleição para o cargo de cônjuge ou parente consanguíneo do titular Situação: Aprovada pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLC 47/2013</b> Tema: Amplia as oportunidades para participação popular no processo legislativo Situação: Convertido na Resolução do Senado Federal 26/2013	<b>PLC 3/2013</b> Tema: Obriga atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual Situação: Convertido na Lei 12.845/2013
<b>PLC 89/2007 — Complementar</b> Tema: Fixa os montantes mínimos de recursos a serem aplicados em saúde pelas três esferas da Federação Situação: Aguarda decisão sobre requerimento para tramitação conjunta	<b>PEC 53/2011</b> Tema: Possibilita a demissão de juízes e promotores como punição administrativa Situação: Aprovada pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLC 11/2013</b> Tema: Cria o Sistema Nacional de Combate à Tortura Situação: Convertido na Lei 12.847/2013	<b>PLC 98/2011</b> Tema: Estatuto da Juventude Situação: Convertido na Lei 12.852/2013
<b>PEC 57A/1999</b> Tema: Expropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo Situação: Encaminhada à comissão mista encarregada de consolidar a legislação federal	<b>PEC 3/2011</b> Tema: Facilita o exercício da iniciativa popular Situação: Aprovada pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados	<b>PLC 41/2013</b> Tema: Destina os royalties do petróleo para educação e saúde Situação: Convertido na Lei 12.858/2013	<b>PEC 36/2011</b> Tema: Cria serviço civil obrigatório para egressos de graduações na área de saúde com financiamento público Situação: O governo federal editou medidas provisórias que tratam do tema

**BALANÇO 2013** Áreas fundamentais, educação e saúde ocuparam boa parte da pauta das comissões, que buscaram aumentar verbas para os dois setores

# Plano de Educação foi uma das maiores conquistas

A APROVAÇÃO DO Plano Nacional de Educação (PNE), com metas e diretrizes para os próximos dez anos, foi um dos principais avanços do Senado na área em 2013, ano que o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cyro Miranda (PSDB-GO), considerou muito produtivo.

Cyro ressaltou o diálogo com a sociedade como marca do trabalho do colegiado. Segundo ele, os debates com a participação de especialistas e autoridades do setor de educação tomaram boa parte das mais de 70 reuniões.

— Olhamos todos os setores e demos a maior importância às audiências públicas, pois é com elas que aprendemos. Não é no gabinete que vamos elaborar ou aprovar projetos. Com as audiências, podemos conhecer as necessidades daqueles que têm o contato com suas áreas — afirmou.

## PNE

O PNE (PLC 103/2012), aprovado em novembro, após 18 audiências para debater a matéria, prevê a destinação de pelo menos 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, a erradicação do analfabetismo e a garantia de acesso ao atendimento escolar. Ainda garante os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial, caso da Associação de Pais



Cyro Miranda e Alvaro Dias conduzem uma das audiências de discussão do PNE

e Amigos de Excepcionais (Apae), e mantém a educação inclusiva na escola regular.

Alteraçāo proposta pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a meta 21 foi incluída para estimular a produção científica, com a formação de quatro doutores para cada mil habitantes.

## Espor e

Em março, a CE rejeitou o PLC 107/2012, do governo federal, que isenta a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nos produtos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O esforço do Senado para acabar com o nepotismo e moralizar as eleições e o funcionamento das entidades desportivas também foi motivo de muito debate este ano. A proposta do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que proíbe a reeleição consecutiva dos dirigentes de clubes

de futebol (PLS 253/2012) foi aprovada em setembro.

## Destaques

Outro projeto de grande repercussão aprovado, baseado nas recomendações da Sociedade Brasileira de Ortopedia, foi o que limita o peso das mochilas para, no máximo, 15% do peso dos alunos. Já o exame de proficiência em medicina (PLS 217/2004) foi uma das últimas matérias aprovadas na Comissão de Educação este ano.

Cyro Miranda também destacou a proposta que amplia a lista de beneficiários e ofertantes da bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a que cria incentivos e apoio técnico e financeiro da União a estados e municípios para a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos.

— Foi um ano muito produtivo. Agradeço, e muito, a colaboração de todos os senadores.

# Projetos podem aumentar recursos da saúde em R\$ 68 bi

O aumento dos recursos destinados à saúde também ocupou muito da pauta em 2013. O Plenário aprovou, em julho, substitutivo do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ao PLC 41/2013, que destina os royalties da exploração do petróleo da camada pré-sal à saúde (25%) e à educação (75%).

A matéria deu origem à Lei 12.858/2013, sancionada pela Presidente da República em setembro. Conforme Eduardo Braga, a nova lei pode garantir cerca de R\$ 4 bilhões a mais para a área de educação já em 2014.

— Garantimos às futuras gerações a sequência da capacidade de investimento tanto na educação quanto na saúde — disse Eduardo Braga na ocasião.

A Proposta de Emenda Constitucional do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000) também destina mais recursos para a saúde. Aprovada em novembro, a proposta garante a execução das emendas individuais dos parlamentares, desde que pelo menos 50% dos recursos sejam direcionados para a saúde. Outro aumento de recursos para o setor veio da previsão de que a União destine 15% da receita corrente líquida para a área.

Com a PEC 22A/2000, a previsão de senadores e líderes governistas é de que a saúde terá pelo menos R\$ 64 bilhões a mais até 2018, sendo R\$ 8 bilhões já no próximo ano.

A matéria está em análise na Câmara dos Deputados.

## Financiamento

Na busca de soluções para o financiamento da saúde pública, o Senado criou uma comissão especial para tratar do tema. Presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a comissão teve o senador Humberto Costa (PT-PE) como relator.

A comissão temporária concluiu o trabalho no dia 10 de dezembro, sustentando que não bastam melhorias de gestão para que os serviços alcancem um padrão melhor.

O relatório aprovado aponta um déficit anual de R\$ 45 bilhões na saúde e sugere aumento de tributos para ampliar os recursos, como a regulamentação do Imposto sobre as Grandes Fortunas, além de um acréscimo no valor das apostas das loterias e a retomada dos estudos sobre a criação de um imposto nos moldes da antiga CPMF.



Eduardo Braga acredita que educação está garantida

# Na área da cultura, Senado aprovou três importantes projetos

O Senado tratou, em 2013, de três temas polêmicos na área cultural, que há muito aguardavam decisão do Parlamento, dando origem à PEC da Música (PEC 123/2011, que resultou na Emenda Constitucional 75); à alteração das regras do Ecad — Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (PLS 129/2012, que resultou na Lei 12.853/2013); e ao projeto da meia-entrada — substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 188/2007.

A Emenda 75 garante imunidade tributária para fonogramas e videofonogramas produzidos no Brasil com obras musicais de autores brasileiros ou interpretados por brasileiros e poderá reduzir os preços de CDs e DVDs ao consumidor. Depois de tramitar por quase sete anos, a proposta foi aprovada com amplo apoio no Senado, após



Visita de Erasmo Carlos, Caetano Veloso, Roberto Carlos e Carlinhos Brown marcou aaprovação da PEC da Música

mobilização que trouxe a Brasília alguns dos principais nomes da MPB.

A Lei 12.853/2013, por sua vez, define as condições de cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos autorais sobre obras musicais. A proposta foi elaborada a partir do

trabalho da CPI do Ecad, criada pelo Senado para investigar denúncias de irregularidades contra a entidade. O texto dá mais transparéncia à arrecadação de direitos autorais.

As votações das duas propostas foram acompanhadas por diversos artistas, que

vieram às dependências do Senado para participar das discussões.

## Meia-entrada

Outro projeto que causou grande controvérsia durante a discussão foi o que regulamenta o benefício da meia-entrada

para eventos culturais, esportivos, de lazer e de entretenimento (PLS 188/2007).

A maior novidade do texto aprovado é a inclusão de pessoas com deficiência entre os beneficiários da meia-entrada. O projeto ratifica também o direito para estudantes, jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos e idosos — todos já beneficiados por legislações anteriores. A concessão da meia-entrada é assegurada para, pelo menos, 40% dos ingressos disponíveis e não se aplica aos eventos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

— Com a votação dessa proposta vamos fechar o ano com uma grande agenda cultural promovida pelo Senado — disse o presidente da Casa, Renan Calheiros, a um grupo de representantes das áreas estudantil e cultural.

**BALANÇO 2013** Senado discutiu e aprovou propostas em prol do serviço público de saúde, como contratação de médicos estrangeiros e mais investimentos da União

# Mais Médicos se destaca entre medidas na saúde

ESTE ANO O Senado aprovou várias propostas na área de saúde que influenciam diretamente a vida dos cidadãos, com destaque para o projeto de lei proveniente da medida provisória (MP 621/2013) que criou o Programa Mais Médicos. O projeto (PLV 26/2013), que permite a contratação de médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior para atuar em áreas pobres e remotas, foi aprovado em 16 de outubro.

Apesar do consenso a favor da matéria, governo e oposição divergiram quanto à forma de registro provisório dos profissionais vindos do exterior para o programa. A norma aprovada transfere ao Ministério da Saúde a incumbência de fazer o registro dos médicos estrangeiros inscritos no programa. A oposição apresentou requerimento de destaque pela supressão dos parágrafos do projeto que tiravam dos conselhos regionais de Medicina (CRMs) a autoridade para emitir os registros. O destaque, porém, foi rejeitado.

Também foi questionada a oportunidade da vinda de médicos cubanos — de acordo com o plano do Executivo, o Brasil receberia cerca de 4 mil profissionais de Cuba por meio de um acordo intermediado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). A presidente Dilma Rousseff vetou o dispositivo que proibia que os estrangeiros participantes do Mais Médicos exercessem a profissão fora do projeto e o veto foi mantido pelo Congresso.

## Militares podem assumir cargo também no SUS

O Senado também aprovou a Proposta de Emenda à Constituição 122/2011, que permite a profissionais de saúde das Forças Armadas acumular outro cargo público, no âmbito civil. Aprovada em 7 de agosto, em dois turnos, seguiu para análise da Câmara



Moreira Mariz/Agência Senado

Plenário aprova a medida provisória que instituiu o Mais Médicos: registro profissional de médicos estrangeiros causou polêmica entre governo e oposição

## Polêmico, ato regula atividade médica

Em 18 de junho, o Senado aprovou o chamado Ato Médico (PLS 268/2002), que restringiu alguns atos relacionados a tratamentos de saúde apenas aos médicos. Por isso, causou várias manifestações contrárias da parte de enfermeiros, psicólogos e fisioterapeutas.

O projeto teve dez vetos da presidente Dilma Rousseff, provocando, desta vez, forte reação negativa na comunidade médica. Um dos vetos supriu o artigo

que permitia somente aos médicos fazer diagnósticos e prescrições terapêuticas. No entender do governo, isso prejudicaria práticas de ações multidisciplinares no Sistema Único de Saúde (SUS). O Congresso manteve os vetos de Dilma, sob o compromisso do Executivo de enviar novo projeto revendo os itens vetados para adequá-los às práticas do SUS. Em agosto, a presidente enviou nova proposta, que tramita na Câmara dos Deputados.

## Atendimento integral a mulher violentada

Também está em vigor a norma (PLC 3/2013), de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP), aprovada pelo Senado em 4 de julho, que determina ao Sistema Único de Saúde (SUS) atendimento emergencial, integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual.

Entre os atendimentos a serem ofertados, estão profilaxia de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis; facilitação do registro de ocorrência e encaminhamento ao

órgão de medicina legal (responsável pelo exame de DNA para identificação do agressor) e às delegacias especializadas; acompanhamento médico, psicológico e social.

Apesar da maioria das vítimas serem mulheres, o projeto assegura o atendimento emergencial a todas as pessoas vitimadas, independentemente de gênero ou idade — sejam crianças, jovens e idosos, transexuais, travestis e homossexuais.

## Planos particulares devem cobrir quimioterapia oral

O Senado também aprovou, em 22 de outubro, projeto que obriga os planos de saúde a custearem medicamentos quimioterápicos de uso oral nos tratamentos contra câncer, incluindo os remédios para o controle de efeitos adversos, em

tratamento domiciliar. A proposta foi sancionada sem vetos.

O substitutivo da Câmara ao PLS 352/2011 também inclui a cobertura de procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, desde que

estejam relacionados à continuidade da assistência prestada por meio de internação hospitalar.

De acordo com o projeto, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), atualmente cerca de 40% dos tratamentos contra câncer empregam

medicamentos de uso domiciliar, em substituição ao regime de internação hospitalar ou ambulatorial. A senadora calcula que, em 15 anos, 80% dos tratamentos oncológicos serão feitos na casa do paciente, com medicamentos de uso oral.

## Assuntos Sociais contribuiu para aumentar verba para a área



Moka: todos os projetos que passaram pela CAS tiveram encaminhamento

No encerramento das atividades legislativas do ano, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), destacou os temas relevantes tratados pelo colegiado em 2013, entre eles, a definição de percentual mínimo de receita da União para aplicação na saúde pública.

A proposta obriga a União a gastar anualmente pelo menos 18% da receita corrente líquida

em ações e serviços públicos de saúde. O texto, aprovado na CAS em outubro, é um substitutivo ao PLC 89/2007, que agora tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Aprovamos 18% da receita corrente líquida, embora o projeto do governo seja de 15%. Mas a CAS teve papel importante na discussão até para pressionar o governo a ter uma proposta — observou.

O senador frisou que o piso para investimento federal na saúde é importante para o compromisso com o sistema público de saúde, que tem atendimento universal.

Moka destacou ainda dois projetos que já foram transformados em lei: o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) e o que obriga a cobertura, pelos convênios, de quimioterapia domiciliar de uso oral

(Lei 12.880/2013).

Ao todo, a CAS realizou este ano 34 sessões deliberativas, 28 audiências públicas e quatro sabatinas. Foram examinados 132 projetos.

— Foi um ano extremamente produtivo, pois praticamente todas as proposições que entraram na CAS tiveram um encaminhamento, todos os projetos foram aprovados ou rejeitados — disse Moka.

**BALANÇO 2013** Plenário aprovou o tratamento igualitário para o trabalhador doméstico e a regulamentação profissional para vaqueiros, comerciários e árbitros

# Direitos trabalhistas foram reconhecidos

EM 2013, O Senado atualizou a legislação trabalhista. A mudança mais marcante foi a Emenda Constitucional 72, que iguala os trabalhadores domésticos aos demais. Com a promulgação da emenda, em 2 de abril, eles passaram a ter direito a jornada fixa, hora extra e intervalo de descanso. A regulamentação dos demais direitos, como FGTS, multa rescisória e seguro-desemprego, foi aprovada em 11 de julho pelo Senado no PLS 224/2013 — Complementar, que agora tramita na Câmara.

A PEC das Domésticas foi considerada por representantes dos trabalhadores e por parlamentares como a abolição definitiva da escravidão no Brasil. A demora na aprovação do projeto pela Câmara deve-se a pontos de conflito com o governo, entre os quais a

redução de 12% para 8% da alíquota do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O governo teme o impacto dessa redução nos cofres da Previdência Social. O relator da proposta no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), não abriu mão dessa mudança porque, segundo ele, os empregadores precisam ter margem para arcar com os demais custos impostos pela emenda, como o FGTS e a multa rescisória, no caso de demissão sem justa causa.

## Vaqueiros

Outro projeto aprovado, e já sancionado pela presidente da República, regulamentou a profissão de vaqueiro. A nova lei define o vaqueiro como responsável pelo trato, manejo e condução de animais como bois, búfalos, cavalos, entre



A aprovação da proposta que equiparou o trabalhador doméstico aos demais foi um dos principais destaques do ano

outros. O artigo que tornava obrigatória a inclusão de seguro de vida e de acidentes em favor desse profissional nos contratos de serviço ou de emprego foi vetado. Em 24 de setembro, quando a matéria

foi aprovada no Plenário, o presidente da Casa, Renan Calheiros, afirmou que o Senado havia resgatado uma enorme dívida social do Brasil com a categoria.

## Taxistas

Também foi convertido em lei o projeto aprovado pelo Senado que permite ao taxista deixar para herdeiros o direito de exploração do serviço. Em 11 de julho, quando da aprovação do projeto pelo Plenário, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que acompanhava há muito tempo a batalha dos taxistas do Rio de Janeiro e de todo o país e que o Senado fazia justiça a esses profissionais.

## Comerciários

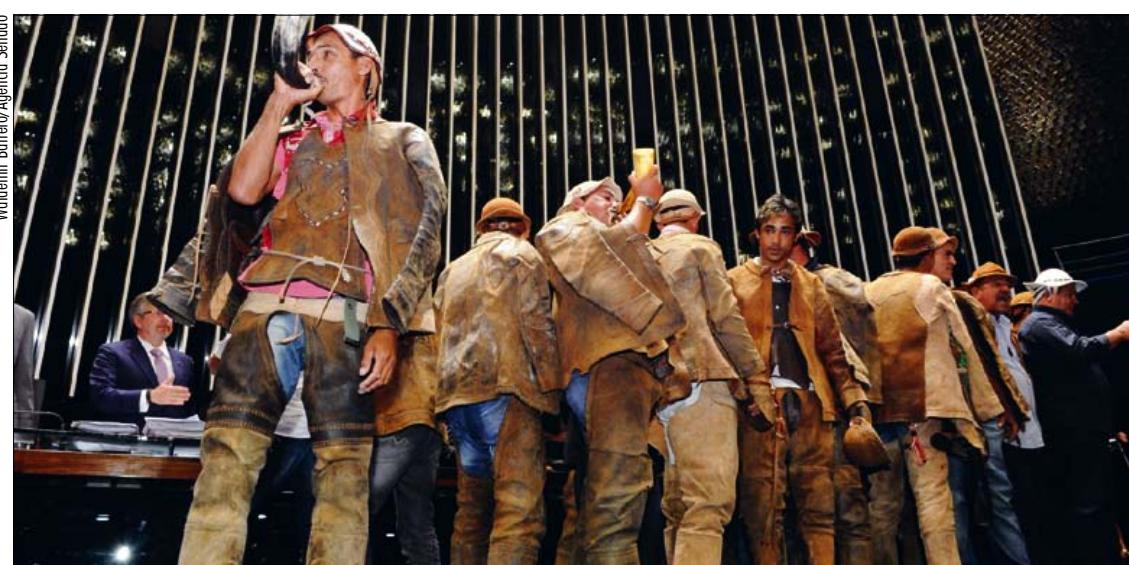
A lei que regulamenta a

profissão de comerciário foi igualmente sancionada no início do ano. Aprovado em 20 de fevereiro pelo Plenário, o projeto de Paulo Paim (PT-RS) garantiu aos trabalhadores do comércio jornada de 8 horas diárias, ou 44 horas semanais de trabalho. A jornada cai para 6 horas no caso de revezamento.

## Árbitros

Os árbitros de futebol foram outra categoria contemplada pelo trabalho dos senadores este ano. Em 4 de setembro, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, após 12 anos de tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto que regulamenta a profissão. Em 11 de outubro, o projeto foi publicado como lei no *Diário Oficial da União*.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Diante da bancada do Plenário, vaqueiros comemoram aprovação de projeto que regulamentou a profissão

# Cresceu o combate à discriminação

“Trabalhamos muito em 2013 e vamos continuar no mesmo ritmo em 2014, focando de forma mais permanente a questão indígena.” Assim a senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), referiu-se às votações, audiências públicas e debates realizados ao longo do ano para ajudar o país a superar obstáculos ainda hoje enfrentados na garantia de direitos fundamentais assegurados pela Constituição.

— A CDH fez um trabalho incansável, as demandas foram muitas, mais de 80 denúncias de violações de direitos humanos chegaram até nós. Todas essas denúncias foram encaminhadas, a fim de encontrarmos soluções.

Entre os temas relevantes aos quais a comissão se dedicou este ano, a senadora mencionou as cotas raciais, objeto de audiência pública que ela considerou valiosa para o equacionamento do assunto. Pouco depois dessa audiência, a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso projeto de lei que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas em concurso público, com o objetivo de iniciar a

mudança na composição racial dos servidores públicos, tornando-a efetivamente representativa da população.



Indígenas acompanham audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos

# CPI investigou a violência de gênero

Criação de uma CPI para investigar as razões da violência a que estão submetidos os jovens negros, combate à tortura, discussões em torno do projeto que criminaliza a homofobia, além de iniciativas para prevenir brutalidades contra as mulheres.

Essas questões relativas aos direitos fundamentais da pessoa humana ocuparam o Senado ao longo de 2013. Só na Comissão de Direitos Humanos (CDH) foram realizadas mais de 50 audiências públicas. Além disso, a Casa decidiu criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assassinato de jovens negros, o grupo mais vitimado pela

violência observada no país. Também foi criado o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), que deverá ser presidido pelo ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e integrado por 23 membros, metade deles de organizações da sociedade civil.

O fim da violência de gênero feminino motivou várias iniciativas do Legislativo, entre elas a CPI da Violência contra a Mulher, que produziu uma série de propostas de mudança na legislação e de recomendações ao Judiciário, ao Executivo e ao Ministério Públ



Relatório foi entregue por Ana Rita a Renan e Dilma durante homenagem à Lei Maria da Penha

Jorge Araújo/Agência Senado

**BALANÇO 2013** Relatório de Pedro Taques que endurece penas para diversos crimes segue à CCJ, que também analisa reforma da legislação de execução das penas

# Avançam novos Código Penal e Lei de Execução

O SENADO DEU passos importantes para atualizar a legislação de combate à criminalidade e para melhorar o sistema prisional brasileiro ao avançar no debate do novo Código Penal e da nova Lei de Execução Penal (*veja ao lado*).

O projeto do Código Penal (PLS 236/2012) eleva as penas para crimes mais graves e aumenta o rigor para a progressão de regime de cumprimento de pena. No caso do homicídio, por exemplo, a pena mínima passa de seis para oito anos de prisão, e o condenado primário só poderá ser beneficiado para regime menos severo depois de cumprir um quarto da pena — hoje basta um sexto.

O projeto torna a corrupção um crime hediondo e cria os crimes de enriquecimento ilícito de servidor público e saque irregular de conta pública.

Passam a ser crimes, também, a perseguição obsessiva (*stalking*) e a intimidação vexatória (*bullying*). Outros crimes, como aqueles praticados contra índios, crianças e pessoas com deficiência, têm suas penas agravadas porque são considerados “crimes contra a humanidade”.

O relatório final de Pedro Taques (PDT-MT) considerou mais de 140 projetos de lei e



Pedro Taques apresenta relatório em comissão presidida por Eunício Oliveira

mais de 800 emendas. Ele examinou ainda dezenas de documentos, além de contribuições de cidadãos recebidas pelo Alô Senado. A comissão também realizou audiências públicas em todo o país, muitas vezes marcadas por controvérsias.

— Quando se trata de direito penal, existem posições culturais, filosóficas e ideológicas diversas. Ouvi as diversas correntes e tentei buscar um consenso — disse Taques.

Ele promoveu mudanças importantes em relação ao anteprojeto elaborado pela comissão de juristas instituída em 2011 pela Presidência do Senado. Foi retirado, por exemplo, o artigo que visava descriminalizar o porte de drogas para uso pessoal. O

senador optou por manter a regra atual, que considera o porte como crime, embora sem prever pena de prisão.

Taques também retirou a possibilidade de aborto nas 12 primeiras semanas em razão da incapacidade psicológica da gestante. Para ele, isso violaria uma cláusula pétreia da Constituição, o direito à vida.

Ficou mantida a proibição geral ao aborto, exceto para gravidez resultante de estupro, risco de vida da gestante, fetos anencéfalos ou com anomalia grave.

Aprovada na comissão especial dia 17, a reforma do código de 1940 passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para depois ir a Plenário.

## Juristas sugerem tratamento humanizado e voto à superlotação

O anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal, elaborado por comissão especial de juristas, foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em 5 de dezembro. Após oito meses de trabalho, os especialistas apontaram caminhos para reduzir a superlotação dos presídios, humanizar o tratamento e eliminar a impunidade.

— O sistema prisional deve ser transparente e equilibrado, proporcionando condições para que a pena cumpra seu papel de punição, prevenção e reintegração social — disse Renan.

O anteprojeto sugere a criação de centrais informatizadas para controlar as vagas e o andamento das penas, além da redução da burocracia. Acaba com a exigência do alvará de soltura expedido pelo juiz de execução. Ao fim da pena, o diretor do presídio informará o juiz sobre

o benefício com 30 dias de antecedência e, chegando a hora, ele mesmo colocará o detento em liberdade.

Caso seja atingido o número de vagas, nenhum outro preso poderá ser admitido. Será obrigatório um mutirão carcerário para avaliar a situação de cada preso, com possibilidade de antecipação da liberdade aos que não apresentam problemas de conduta e já estejam perto do fim da pena.

Além disso, por meio de centrais de penas alternativas, as prefeituras deverão encaminhar egressos do sistema prisional e condenados em regime aberto para escolarização, trabalho e qualificação. Atualmente, o país tem 540 mil presos e quase metade deles aguarda julgamento. O anteprojeto já está tramitando como projeto de lei (PLS 513/2013) e será analisado pela CCJ.



Comissão foi relatada por Maria Tereza Gomes e presidida por Sidnei Beneti

## Agenda positiva atendeu demanda social do país, acredita presidente de comissão

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), definiu como positivo o trabalho realizado em 2013, quando foram votadas 535 matérias e realizadas 82 reuniões, 33 sabatinas e 17 audiências públicas. Ele disse que a maior preocupação foi “oferecer leis modernas ao país, capazes de facilitar o acesso dos brasileiros à fruição dos seus direitos e aos serviços da Justiça”. Para

o senador, o importante é assegurar um ambiente que facilite a vida e a segurança jurídica da população.

— A CCJ tem a responsabilidade de ser a porta de entrada e a porta de saída de todas as matérias que tramitam no Senado. Me sinto extremamente feliz por presidir um colegiado que respondeu com uma agenda positiva à demanda social do Brasil.

Entre os itens mais relevantes, ele mencionou o PLS 74/2010, que institui regras para concurso público; PEC 43/2013, que abre o voto para cassação de mandato e vetos; PEC 123/2011, que isenta de imposto CD e DVD de artista brasileiro; PEC 66/2012, que estende ao empregado doméstico direitos dos demais trabalhadores; PEC 18/2013, que determina a perda de mandato de condenado por improbidade; e PEC 22A/2000, que torna obrigatória a execução de emenda parlamentar ao Orçamento.



PECs das Domésticas e do Voto Aberto foram destacadas por Vital

## Com mais rigor nas punições, propostas buscam reduzir acidentes de trânsito

Preocupados com a piora da situação do trânsito, os senadores aprovaram em 2013 propostas com o objetivo de dar mais segurança a pedestres e motoristas. Entre elas, está o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao PLC 26/2013, aprovado pelo Plenário em setembro, que aumenta em até dez vezes a multa para pessoas que participarem de “rachas”, derem arrancadas bruscas ou fizerem manobras ou ultrapassagens arriscadas. O texto voltou à análise da Câmara.

Neste mês, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que amplia punições para motoristas que dirigirem embriagados e também para outras infrações graves previstas na Lei 12.760/2012, a nova Lei Seca. O PLS 684/2011, do senador Benedito de Lira (PP-AL), multiplica até por dez o valor de multas fixadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e estabelece que, em caso de reincidência no período de um ano, as multas deverão ser aplicadas em dobro.



Acidente após “racha” no Maranhão: prática tem multa multiplicada por 10

## Senadores discutem projetos para melhoria da segurança pública

Em outubro, o Senado instalou comissão especial para avaliar a reformulação do sistema de segurança pública. A comissão foi estruturada em cinco sub-relatorias: atenção ao cidadão e à vítima; financiamento da segurança pública; estrutura da polícia brasileira; defesa civil; e regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança.

Para o relator, Pedro Taques (PDT-MT), o sistema “está faltando” e sua reforma depende de “um projeto ousado”:

— Não basta focar na repressão e no aumento de penas. Faz-se necessário uma política pública de segurança consistente, que envolva um projeto sofisticado e profundo de integração institucional e intersetorial, de gestão e de formação de uma cultura da paz e prevenção ao crime.

Presidido por Vital do Rêgo (PMDB-PB), o colegiado analisa 44 proposições e promove audiências para ouvir autoridades e especialistas.

**BALANÇO 2013** Setor de infraestrutura registrou a aprovação de projetos para destravar os gargalos logísticos do país e permitir o crescimento da economia

# Novas regras para portos, aeroportos e ferrovias

O SENADO APROVOU em 2013 diversos projetos para aumentar os investimentos públicos e privados em infraestrutura, cuja fragilidade tem sido apontada nos últimos anos como entrave ao crescimento. Entre as principais medidas, estão as novas regras para o setor portuário, a modernização dos aeroportos regionais e o aporte de recursos para a Valec, responsável pela construção de ferrovias.

A MP dos Portos (MP 595/2012) foi aprovada em maio e gerou a Lei 12.815/2013. O texto estabeleceu novas regras para concessões, arrendamentos e autorizações de instalações portuárias, permitindo a concorrência entre portos públicos e terminais privados e eliminando restrições para o uso de terminais privados por terceiros.

Além das discussões sobre o mérito, a tramitação da MP foi marcada por críticas. Entre as principais queixas, estava o tempo exíguo para a aprovação de texto tão complexo.



Paranaguá, no Paraná: MP dos Portos foi um dos destaques do ano no setor

A matéria teve a tramitação atrasada na Câmara e o Senado teve menos de 14 horas para discuti-la e votá-la.

Também em maio, foi autorizado o uso dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) na reforma e modernização dos aeroportos regionais. Proveniente da MP 600/2012, o texto foi transformado na Lei 12.833/2013. A previsão de investimento na primeira etapa do programa era de R\$ 7,4 bilhões.

Outro texto aprovado teve origem na MP 618/2013.

Transformado na Lei 12.872/2013, fixou o aporte de R\$ 15 bilhões para a Valec, a fim de viabilizar a participação da empresa nas concessões de ferrovias do Programa de Investimentos em Logística.

Pelo programa, a Valec se compromete a comprar periodicamente do concessionário toda a capacidade operacional, que, depois, será revendida aos usuários do transporte de cargas. Os recursos são uma garantia de que a Valec conseguirá honrar o compromisso.

## População debateu saídas para infraestrutura

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), destacou a participação direta do público, por meio das redes sociais (Twitter e Facebook) e do Alô Senado (0800 612211), no debate dos variados temas tratados pela comissão ao longo do ano.

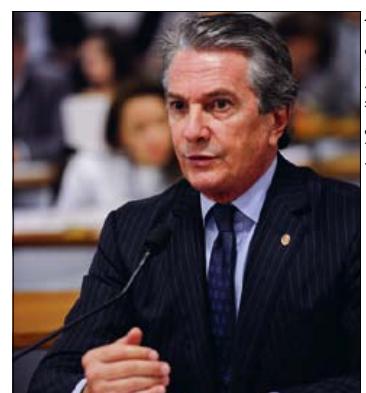
Segundo ele, foram 77 reuniões, sendo 46 debates, com a participação de 110 expo-sitores — 7 deles ministros, além de diretores de agências reguladoras e de estatais.

— Demos a oportunidade a toda a sociedade de envio de comentários e perguntas aos palestrantes, autoridades e sabatinados. Trata-se de um novo instrumento de democracia direta e ao vivo, do qual a CI foi precursora

no âmbito do Congresso, com excelente repercussão e participação dos cidadãos de todas as regiões.

Collor ressaltou o ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, com 32 encontros e quase 90 debatedores.

Eles abordaram os principais



CI foi pioneira em abrir debates à participação do público, diz Collor

problemas e soluções para os setores de seis macrossetores relacionados à infraestrutura: energia, transporte, mineração, aviação, comunicações e água.

Para 2014, o senador anunciou novamente a realização, em março, do Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional, idealizado a partir dos ciclos de audiências públicas realizados neste ano. O objetivo, segundo ele, é agregar os estudos já feitos e mobilizá-los para a inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, bem como criar um novo espaço de mobilização periódica, além de servir de suporte ao planejamento das ações governamentais.



espionagem, rádio digital, telecomunicações, pesquisa e voto impresso.

Ele também destacou a criação da Subcomissão de Terras-Raras e a segunda edição do seminário Caminhos para a Inovação, sobre a ciência no futuro da saúde e do esporte.

— A CCT procurou contribuir ainda mais para o setor da ciência e tecnologia. Vamos nos preparar para 2014, ano em que novamente realizaremos o nosso seminário.



do Código Florestal, a exploração de riquezas em terras indígenas e os meios para garantir qualidade de vida dos povos nativos — citou ele, que lembrou também a Lei dos Portos.

Blairo mencionou ainda as cinco diligências externas realizadas pela subcomissão que acompanha as obras para Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 e uma da subcomissão que observa a construção da Usina de Belo Monte.



Ele também destacou o debate sobre colônias de pescadores; o Plano Safra 2013-2014; a disponibilidade de crédito para a agricultura; a concentração no mercado de cimentos; o novo seguro agrícola; e a regularização fundiária de armazenagem.

A CRA realizou 18 audiências públicas, analisou 87 propostas, promoveu 9 seminários e executou 1 diligência externa.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner  
**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

## AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefe de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**BALANÇO 2013** Partilha de recursos, repactuação de obrigações e outros projetos sobre a relação entre os entes da Federação geraram debates e processos no STF

# Pacto federativo foi tema permanente na agenda

UM CONFLITO RESPONSÁVEL por 5 mil processos no Supremo Tribunal Federal (STF) foi tema permanente na pauta do Senado em 2013. O pacto federativo — da partilha de recursos entre União, estados e municípios à repactuação de obrigações dos entes federativos — esteve na agenda de debates das comissões e do Plenário.

A busca de saídas políticas para um problema levado à esfera judicial levou o Senado a estabelecer novas regras para o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a tentar solução para a guerra fiscal em que se envolveram estados e municípios. No caso dos municípios, a solução foi mais simples: após análise favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi a vez de o Plenário aprovar projeto (PLS 386/2012 — Complementar) de Romero Jucá (PMDB-RR) que introduz ampla reforma no Imposto sobre Serviços (ISS).

Com a atualização da lista de serviços, o projeto enviado à Câmara atacou ao mesmo tempo a guerra fiscal entre municípios e a dependência financeira desses



Divisa entre Distrito Federal e Goiás: guerra fiscal foi um dos assuntos mais frequentes na pauta

entes federados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

## ICMS

Em relação aos estados, a situação é tão complexa quanto o principal imposto cobrado por esses entes federados, o ICMS, que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços. A complexidade começa pelo modelo de repartição desse imposto entre estados de origem e de destino das mercadorias.

A reforma aprovada pela CAE e ainda não votada pelo Plenário (PRS 1/2013) consumiu grande parte do tempo da comissão responsável pelo exame das matérias econômicas em pauta na Casa. A reforma assenta-se em

um tripé: a definição das alíquotas incidentes na circulação de mercadorias de um estado para outro, a compensação aos estados por perdas de arrecadação no novo arranjo e a convalidação dos incentivos fiscais considerados constitucionais pelo STF.

A arquitetura da reforma é complexa, por exigir diferentes instrumentos normativos. A definição das alíquotas interestaduais é de competência exclusiva do Senado, requerendo uma resolução da Casa, enquanto a compensação aos estados e a convalidação dos incentivos exigem leis aprovadas pelas duas Casas do Congresso.

Depois de várias audiências públicas e prolongados debates,

a CAE aprovou nova regra para as alíquotas interestaduais, por meio do Projeto de Resolução 1/2013, que nem chegou a ser incluído na ordem do dia do Plenário, devido à insatisfação de parte dos estados.

Na falta de acordo, a MP 599/2012 usada para a compensação aos estados não foi votada e perdeu eficácia. Na tentativa de salvar a reforma, a CAE votou projeto (PLS 106/2013 — Complementar) de Paulo Bauer (PSDB-SC) que recria os mecanismos de compensação aos estados. A convalidação dos incentivos esbarrou na falta de acordo e foi excluída pelos deputados do projeto (PLC 99/2013 — Complementar) de iniciativa do Executivo.

## Dívida de município e estado pode ter novo índice

Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, no dia 11 de dezembro, um projeto (PLC 99/2013) que deve repercutir nas finanças de estados e municípios.

A proposta, que pode ser votada pelo Plenário em fevereiro de 2014, troca o indexador dessas dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A proposta também reduz os juros anuais, dos atuais 6% a 9% para 4%, e define a taxa básica de juros (Selic) como limitador do pagamento dos encargos. Isso significa que, quando a fórmula IPCA mais 4% for superior à variação acumulada da Selic, a taxa básica de juros será o indexador.

A aplicação da Selic como limitador dos encargos será

retroativa à data de assinatura dos contratos, usando-se a diferença para reduzir o saldo devedor.

No caso do FPE, a iniciativa do Senado foi fundamental para a solução de um problema que acabou indo para a Justiça.

Como o Supremo Tribunal Federal havia considerado inconstitucional a regra prevista na Lei Complementar 62/1989, o Legislativo tinha que definir um novo rateio dos recursos que refletisse a realidade socioeconômica dos estados.

Após a decisão da Câmara dos Deputados de rejeitar a primeira proposta aprovada pelo Senado, os senadores elaboraram um novo projeto (PLS 240/2013 — Complementar). Houve sucesso nessa segunda tentativa e, em 17 de julho de 2013, a presidente Dilma sancionou a Lei Complementar 143/2013, com as novas regras de repasse para os estados.

## Reforma do ICMS e do ISS é um dos destaques

A votação de propostas com repercussão no pacto federativo foi apontada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), como o principal feito do colegiado em 2013. Ele destacou a reforma de dois impostos que constituem as principais fontes de receitas próprias de estados e municípios — os incidentes sobre

a circulação de mercadorias (ICMS) e sobre serviços (ISS).

A reforma do ISS (PLS 386/2012 — Complementar) já passou pela CAE e pelo Plenário e foi encaminhada à Câmara. Segundo Lindbergh, há uma grande mobilização de prefeitos para a votação do projeto. Já a reforma do ICMS (PRS 1/2013) foi aprovada pela comissão, e o presidente

da CAE avalia que “falta pouca coisa para construir acordo que viabilize a aprovação” pelo Plenário. O senador advertiu que, a qualquer momento, o Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade das leis estaduais de incentivos fiscais.

— Então, eu acho que essa matéria tem que ser enfrentada, de qualquer forma, no próximo ano.

Em 2013 a CAE votou 98 projetos de lei, realizou 36 audiências públicas e 2 seminários.

Lindbergh destacou a aprovação de projeto (PLC 310/2009) que concede desonerações tributárias ao transporte público coletivo, condicionadas à implantação do bilhete único e à realização de licitação (Reitup).

## Senado do Futuro continuará debates

Pacto federativo e educação foram os principais temas deste ano na Comissão Senado do Futuro (CSF) e devem ser temas recorrentes do próximo ano, segundo o presidente da comissão, Luiz Henrique (PMDB-SC).

O trabalho da CSF, criada em setembro, deve influenciar as decisões políticas da Casa para 2015, segundo o senador.

— Acredito que, no final de 2014, Cristovam Buarque [PDT-DF] terá condições de fazer um relatório indicando ao país que tipo de decisões políticas devam ser adotadas para que caminhemos para o desenvolvimento — disse.

Com o saldo de seis reuniões, entre elas três audiências, a CSF, segundo Luiz Henrique,

deve se reunir ao menos uma vez por mês no próximo ano. Para o senador, vivemos hoje a era da inteligência e o Brasil precisa aprofundar a descentralização de poder e melhorar o sistema educacional, temas que estarão presentes no próximo ano da comissão.

— Nós não podemos continuar com o Brasil continental sendo administrado de Brasília. Nós não podemos continuar com um sistema educacional em que nenhuma universidade brasileira se qualifica entre as 200 melhores do mundo, o que afeta a nossa possibilidade de ter uma indústria competitiva em nível mundial — argumentou.



Luiz Henrique preside comissão criada em setembro deste ano



Lindbergh: principal feito da CAE foi votação sobre pacto federativo

**BALANÇO 2013** A imigração em massa de haitianos para o Brasil, o futuro do Mercosul e a Copa do Mundo de 2014 exigiram esforços extras de comissões



Com mundo interligado, temas da CRE impactam a vida de todos os brasileiros, avalia Ferraço (C), presidente da comissão

## Relações Exteriores: atuando na linha de frente

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) do Senado fez muito mais que sabatinar futuros chefes das missões diplomáticas do país ao longo de 2013. O colegiado assumiu protagonismo nas mais importantes questões referentes à política externa brasileira e deve continuar no próximo ano. A avaliação é do presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Política externa é um assunto com enorme capacidade de impactar a vida das pessoas porque o mundo está interligado, em rede, e o que acontece agora em Bombaim ou Xangai, por exemplo, tem impacto direto na geração de oportunidades para os brasileiros — analisou o senador.

Ferraço destacou questões relevantes que exigiram a intervenção direta da comissão, como a prisão de torcedores corintianos na Bolívia, a imigração em massa de haitianos para o Brasil pela fronteira do Acre, o futuro do Mercosul, além de assuntos ligados à defesa nacional, como o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

— Nós atuamos, por exemplo, na questão dos imigrantes haitianos, que é um problema complexo. Para se ter uma ideia, em 2010, 37 deles chegaram aqui. Em 2013, foram quase 10 mil. E 90% estão entrando pelo Acre, causando muita dificuldade a prefeituras e ao governo do estado em função da ausência de uma

política permanente que possa acolher esse fluxo. Em algumas semanas, vamos ao Amapá identificar um outro problema na fronteira com a Guiana Francesa em função da mineração ilegal — avisou o senador.

O futuro do Mercosul é outra questão que preocupa o senador e deve continuar em pauta na comissão em 2014. Segundo ele, o trabalho será para evitar que interesses comerciais gerem uma divisão dos países em “América do Sul do Atlântico” e “América do Sul do Pacífico”.

— O Brasil como líder tem que ter noção da dimensão de sua responsabilidade para não permitir que isso aconteça — disse.

## Senado amplia prerrogativas e busca qualificar decisões

Em 2013, o Senado aprovou mudanças regimentais com o objetivo de aprimorar o debate político e fortalecer seu papel institucional. Desde março, as sessões deliberativas podem ser transformadas em sessões para discussões e deliberação de assuntos de interesse nacional. Foram realizadas três sessões temáticas: sobre reforma política, financiamento da saúde pública e pacto federativo.

Outra mudança foi a inclusão nas competências da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da responsabilidade de avaliar

anualmente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Também foi aprovada a obrigação de comparecimento dos dirigentes das agências reguladoras e dos ministros da Justiça, da Defesa e de Relações Exteriores ao Senado.

Os senadores aprovaram ainda que cada comissão permanente elegerá uma política pública por ano para ser avaliada, com a participação do Tribunal de Contas da União.

O Senado também ganhou a Procuradoria Especial da Mulher. A titular é Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Ao lado de Renan, Vanessa toma posse como procuradora da Mulher no Senado

## Mudanças nas regras para restringir criação de partidos

A mudança do processo político estava entre as reivindicações dos brasileiros que foram às ruas em junho de 2013 e um dos problemas levantados à época foi o excesso de partidos, que hoje são 32 — 5 dos quais criados de 2011 para cá.

Projeto aprovado pelo Senado, já convertido na Lei 12.875/2013, dificulta o acesso de novos partidos ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e TV. Pelas novas regras, o parlamentar que mudar de partido no meio do mandato não poderá levar para a nova legenda parte do fundo partidário e do tempo de rádio e televisão.

Relator da proposta, Aloisio Nunes Ferreira (PSDB-SP, foto) explicou que essas vedações preservam o resultado das urnas.

— A distribuição dos recursos e do tempo acontece

## Desenvolvimento Regional dedicou parte do ano à Copa do Mundo

“Será um sucesso.” Assim o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), resumiu as expectativas para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Ao avaliar os trabalhos da CDR em 2013, o senador disse que o ano começou com a audiência do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, exatamente para que a comissão conhecesse os planos do governo para o avanço econômico das regiões brasileiras.

Entre os eventos que ajudarão economicamente o país, ele disse que a grande preocupação dos senadores foi com a Copa e com as obras de construção de estádios. Audiências públicas e votações foram intercaladas com visitas a estádios e com debates sobre a situação dos aeroportos. A comissão visitou obras no Rio Grande do

Norte, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, entre outros.

— Verificamos in loco as condições dos estádios, os gastos que foram realizados e a expectativa de conclusão dos trabalhos dentro do tempo exigido. Fizemos relatórios às autoridades constituídas sobre os defeitos que encontramos e sobre as qualidades do que foi realizado. Por isso, eu acho que o trabalho da comissão neste ano foi positivo e veio contribuir, sem dúvida alguma, para o bom funcionamento da Casa e para o fornecimento de informações à sociedade. Inclusive vamos divulgar um livro com todos os debates realizados na comissão — afirmou Valadares.

O senador disse acreditar que os estádios serão entregues no prazo, embora ainda existam problemas que precisam ser sanados.



Valadares (de capacete) lidera visita da CDR à Arena Castelão, em Fortaleza

## Comissões mistas analisaram 32 medidas provisórias

A MP dos Portos e a que criou o Programa Mais Médicos estão entre as 32 medidas provisórias analisadas pela Coordenação de Comissões Mistas do Congresso Nacional em 2013. Desse total, 22 foram convertidas em lei e as demais perderam a eficácia por não terem sido analisadas no prazo constitucional. Os dados são do *Relatório de Atividades de 2013*, feito pela coordenação.



A campanha está liberada nas redes, mas é crime eleitoral contratar pessoas para publicar ofensas contra terceiros.

Porém, uma polêmica permanece: as normas valem para as eleições de 2014? O autor da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que sim, mas Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) tem dúvidas e críticas.

— Perdemos a oportunidade de fazer mudanças mais significativas. Vai criar mais confusão que esclarecimento. Vai acabar ficando para o TSE decidir — disse.